



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Sem-Peixe

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	9
2	Metodologia	14
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	14
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	22
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	22
3	. Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Sem Peixe	24
3.1	Caracterização Geral	24
3.2	Análise temática	34
3.3	Clipping de notícias	81
3.4	Textos acadêmicos	86
4	Síntese - potencialidades e fragilidades observadas	90
4.1	Turismo	90
4.2	Cultura	90
4.3	Esporte e Lazer	91
5	Avaliação de Impactos	95
5.1	Metodologia	95
5.2	Resultados	115
6	Créditos e Referências	126

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	19
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	20
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	21
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	21
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	22
Figura 6 Mapa de localização município de Sem-Peixe	29
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Sem-Peixe	37
Figura 8 Pensão Dona Sinhá.....	43
Figura 9 – Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	54
Figura 10 Biblioteca Pública Municipal Dona Lica	60
Figura 11 Centro Cultural e Artístico Manuelzão	60
Figura 12 Corporação musical de Sem-Peixe	62
Figura 13 Grupo de congado e centro cultural e artístico Manuelzão	62
Figura 14: Associação de Artesanato, Culinária e Agricultura Sustentável – Mãos Criativas de Sem-Peixe.	63
Figura 15 Cartazes de eventos de grande porte em Sem Peixe	65
Figura 16 Curso de artesanato e participantes do Projeto Conheça Nossa História de 2016	70
Figura 17 Mapa de localização das comunidades rurais do município de Sem-Peixe localizadas próximas ao rio Doce.	77
Figura 18 Fotos de Comunidade do Barbosa	78
Figura 19 Fotos Comunidade de Jacutinga	79
Figura 20 Comunidade de Sem Peixe	80

Figura 21 Nuvem de termos para o clipping do município de Sem-Peixe	85
Figura 22 Modelo de Gráfico de Radar	101
Figura 23 Exemplos de gráficos de radares de impactos positivos e negativos.....	102
Figura 24 Classificação da Significância de Impactos.....	103

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto por setor de atividade - Sem-Peixe (2013)	32
--	----

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	16
Tabela 2 Taxa de urbanização de Sem-peixe e de Minas Gerais (%).....	26
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Sem-Peixe e de Minas Gerais	27
Tabela 4 IDHM Sem-Peixe e Minas Gerais (1991,2000 e 2010,).....	30
Tabela 5 PIB (1.000 reais) – Sem-Peixe e Minas Gerais (2011, 2012 e 2013).....	31
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	33
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Sem-Peixe	36
Tabela 8 Equipamentos de alimentos e bebidas	44
Tabela 9 Serviços de transporte.....	46
Tabela 10 Locais e templos de fé/edificações	48
Tabela 11 Outros espaços e equipamentos para eventos.....	51
Tabela 12 Atrativos naturais	52
Tabela 13 Despesas previstas e liquidadas / Sem-Peixe, 2014-2015.....	57
Tabela 14 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Sem-Peixe, 2013-2017.....	58

Tabela 15 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Sem-Peixe, 2014-2016	59
Tabela 16 Espaços de esporte e lazer	75
Tabela 17 Clipping de notícias do município de Sem-Peixe.....	82
Tabela 18 Clipping de produções acadêmicas Sem-Peixe.....	87
Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	96
Tabela 20 Modelo Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	98
Tabela 21 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	123
Tabela 22 lista de participantes entrevista institucional em Sem-Peixe	126

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PMSP: Prefeitura Municipal de Sem-Peixe

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo, relativos ao município de Sem-Peixe, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

¹ Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

² Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Sem-Peixe aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Sem-Peixe/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Sem-Peixe. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que, embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.

Diagnósticos. Foi produzido, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;

- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo

Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da

cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁵. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

⁵ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos

institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários para pescadores, moradores locais e ribeirinhos que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, por exemplo, as lojas que comercializam produtos voltados a pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca e documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos, fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 . Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Sem-Peixe

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

O povoamento da região na qual hoje se encontra Sem-Peixe teve início nas últimas décadas do século XIX. Em decorrência das dificuldades geográficas e doenças na localidade, tal processo se deu de maneira gradual. À época, o transporte era feito por trilhas e a vegetação era abundante (IBGE, 2016).

Os primeiros registros encontrados no cartório local datam do ano de 1897. O distrito de São Sebastião do Sem-Peixe pertencia à Paróquia Nossa Senhora da Saúde, do Arraial da Saúde, em Mariana (IBGE, 2016).

No início do século XX, a população de Sem-Peixe era vulnerável, a maioria não era alfabetizada e atuava, principalmente, no plantio de milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar e café. O clima da região era ruim e havia muitos brejos, mosquitos e parte dos moradores não resistia às epidemias. No ano de 1917, o farmacêutico Rodolfo Starling chegou à cidade, proporcionando melhor tratamento aos habitantes (IBGE, 2016).

Neste mesmo período, os impostos eram pagos na cidade de Mariana e todos os cereais eram transportados até lá em carros de boi e animais de carga. Com o passar dos anos, Sem-Peixe começou a contar com serviço de correios, luz elétrica, posto telefônico, tendo sido criadas, também, escolas municipais (IBGE, 2016).

O distrito de Sem-Peixe, então pertencente a Dom Silvério, emancipou-se em 21 de dezembro de 1995, através da Lei nº 12.030, mas sua emancipação completa se deu em 01 de janeiro de 1997 (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos geográficos: área e temperatura

O município de Sem-Peixe possui área de 176.634 km², fazendo parte da Mesorregião da Zona da Mata e da Microrregião de Ponte Nova (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média é de 20,1° C.

Os municípios limítrofes são: Dom Silvério, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e São Domingos do Prata. A cidade conta com o distrito de São Bartolomeu de Sem-Peixe (ATLAS BRASIL, 2016).

3.1.3 Aspectos demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Sem-Peixe em 2016 era de 2.794 pessoas e sua densidade demográfica de 16,12 habitantes por km² (IBGE, 2016).

A partir dos dados abaixo, identificou-se que Sem-Peixe apresentou crescimento populacional negativo desde a sua emancipação, sendo de -2,6% no período de 1991 a 2000 e de -1,07% entre 2000 e 2010. Sendo assim, verifica-se que a taxa média de crescimento populacional em Sem-Peixe é menor do que a do estado de Minas Gerais. Este apresentou 1,43% de crescimento no período de 1991 a 2000 e 0,91% entre 2000 e 2010 (ATLAS BRASIL, 2016).

No que diz respeito à taxa de urbanização de Sem-Peixe, destaca-se que, em 2010, o município tem quase metade de sua população em situação rural, 47,07%, enquanto outros 52,93% estão em área urbana. Tal cenário é bastante diverso do encontrado no estado de Minas Gerais, onde, no mesmo ano, 85,29% dos habitantes estavam domiciliados em área urbana e apenas 14,71% moravam em área rural (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização de Sem-peixe e de Minas Gerais (%)

População e área do domicílio	1991	2000	2010
	População urbana		
Sem-peixe	29,20	36,81	52,93
Minas Gerais	74,87	82	85,29
População rural			
Sem-Peixe	70,80	63,19	47,07
Minas Gerais	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Sobre a distribuição da população por gênero, é possível dizer que há uma diferença mínima entre o percentual dos habitantes dos sexos masculino e feminino, tanto em Sem-Peixe quanto em Minas Gerais. Em 2010, 49% da população de Sem-Peixe era do sexo masculino frente a 50,68% para o sexo feminino. No estado, os valores, para o mesmo ano foram 49,2% e 50,80%, respectivamente (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Sem-Peixe, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 31,7%, em 1991, para 19,1%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 216).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (3,7%, em 1991, para 7,3%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, apenas 4% da população de Sem-Peixe possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Sem-Peixe possuem maior escolaridade, mas o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda é inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁶, observa-se que em Sem-Peixe, no ano 2000, a razão de dependência foi de 60,02%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 52,41%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 15,21% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Desse modo, especialmente no ano de 2010, identifica-se diferença significativa entre os valores atribuídos a Sem-Peixe a Minas Gerais, tanto para a razão de dependência como para a taxa de envelhecimento.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Sem-Peixe e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Sem-Peixe	Razão de dependência	63,57%	60,02%	52,41%
	Taxa de envelhecimento	4,97%	9,94%	15,21%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Apesar da diminuição da taxa de dependência em Sem-Peixe no período estudado, os valores encontrados ainda são superiores aos registrados em Minas Gerais. Já a taxa de envelhecimento em Sem-Peixe passou de 9,94 a 15,21, no período de 2000 a 2010 (ATLAS BRASIL, 2016). Os valores encontrados foram maiores que a taxa de envelhecimento de Minas Gerais, no mesmo período.

⁶ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso ao município de Sem-Peixe é feito pelo meio rodoviário. A BR-120 liga a cidade ao município de Rio Doce (26 km), Ponte Nova (50 km), Nova Era (72km) e Itabira (106 km). A cidade também conta com estradas vicinais que ligam Sem-Peixe ao distrito de São Bartolomeu de Sem-Peixe e outros povoados rurais. O município se encontra a 186 km de distância de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (IBGE, 2016; PRÁXIS, 2016).

A companhia Lopes e Filhos é a responsável pelo transporte intermunicipal. O acesso ao serviço aeroviário mais próximo se dá por meio do Aeroporto da USIMINAS, no município de Ipatinga. Os serviços ferroviários, por sua vez, podem ser acessados na cidade de Nova Era (PRÁXIS, 2016).

As principais prestadoras de serviços de telefonia e internet móveis em Sem-Peixe são a Claro e a Vivo.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e, as principais vias de acesso ao município de Sem-Peixe.

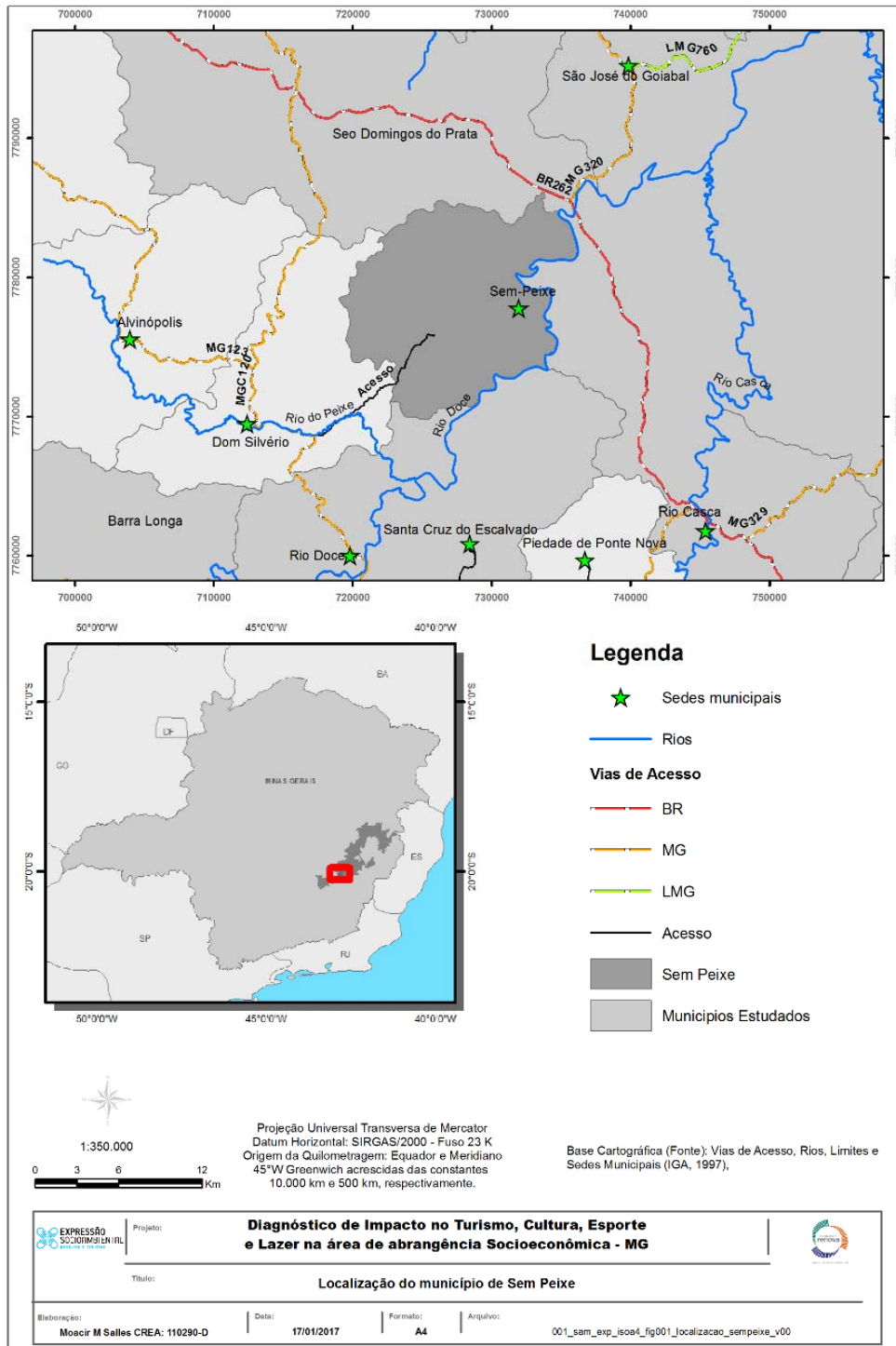


Figura 6 Mapa de localização município de Sem-Peixe

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDMH de Sem-Peixe, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,362 do IDHM total, 0,208 do IDHM longevidade, 0,196 no IDHM renda e 0,449 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM Sem-Peixe e Minas Gerais (1991,2000 e 2010,)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Sem-Peixe	0,292	0,506	0,654	0,618	0,737	0,826	0,427	0,522	0,623	0,094	0,336	0,543
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,68	0,73	0,257	0,47	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Como pode ser observado na Tabela 4, acima, a evolução do IDHM educação se destaca entre as demais. Cabe ressaltar, ainda, que, apesar da evolução do IDHM em todos os índices contemplados no presente estudo, os valores encontrados estão abaixo daqueles registrados para Minas Gerais, sendo a maior discrepância encontrada no índice de renda.

3.1.6 Economia: principais atividades econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Sem-Peixe, é possível identificar que o município experimentou uma variação positiva considerável em seu PIB no período de 2010 a 2012, havendo um aumento do indicador, entre 2010 e 2011, de 14,6% e de 26,1% entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013 houve uma queda drástica na variação do PIB, que cresceu apenas 0,3% (PRÁXIS, 2016).

Cabe destacar, também, que a variação dos períodos citados foi bastante superior aos índices encontrados em Minas Gerais, sendo de 7% entre 2010 e 2011, e de 4,3% de 2011 a 2012. O crescimento do PIB em Sem-Peixe só foi inferior ao de Minas Gerais no período de 2012 a 2013, quando o indicador do estado foi de 4,1% e o do município foi de 0,3%.

Tabela 5 PIB (1.000 reais) – Sem-Peixe e Minas Gerais (2011, 2012 e 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Sem-Peixe	23.882	14,6	30.107	26,1	30.187	0,3
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$5.204,44, em 2010, R\$6.408,65, em 2011, R\$8.624,04 e R\$8.975,38, em 2013 (PRÁXIS, 2016). É de suma importância ressaltar que, apesar do considerável crescimento do PIB de Sem-Peixe, tratado na tabela anterior, o PIB per capita, na série 2010 – 2013, é bastante inferior ao registrado no estado de Minas Gerais.

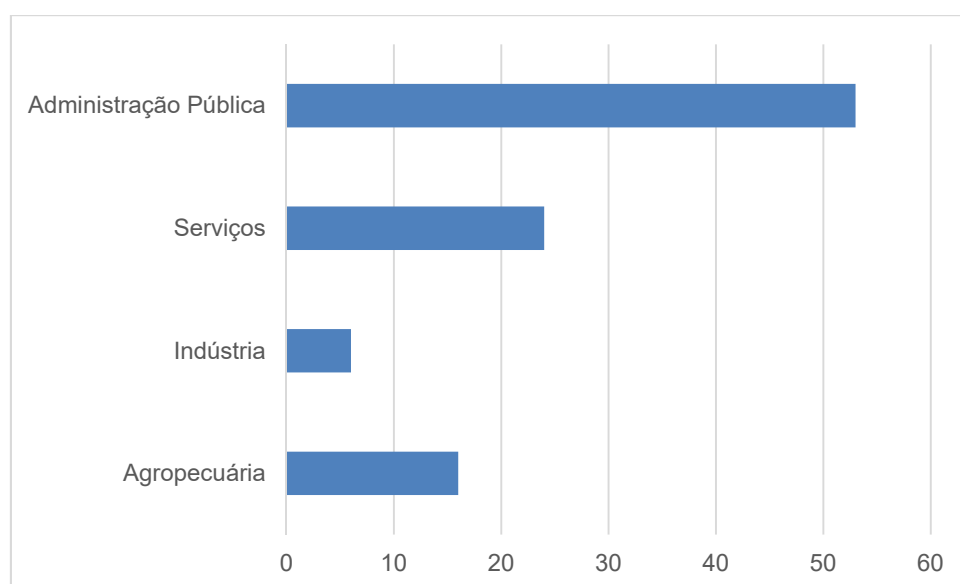
Nos anos de 2010 e 2011, o PIB per capita de Sem-Peixe chega a ser menos do que um terço do PIB per capita em Minas Gerais. Apesar de tal discrepância, há uma clara evolução do PIB per capita no município no período entre 2010 e 2013.

3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

A principal atividade econômica em Sem-Peixe é a agropecuária. Seu Valor Adicionado Bruto é de 16%, sendo significativamente superior ao registrado em Minas Gerais, qual seja, 5,6%.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto por setor de atividade - Sem-Peixe (2013)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016.

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas aos setores de serviços e da administração pública, sendo os valores correspondentes 24% e 53%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor de serviços é de 48,40% e da administração pública de 15,20%. Para ambos, observa-se diferenças bastantes significativas entre o município e Minas Gerais.

O Valor Adicionado referente ao setor da indústria, por sua vez, representa somente 6% em Sem-Peixe frente a significativos 30,60% registrados no estado.

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Sem-Peixe possuía 614 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 714 no ano de 2010, indicando um crescimento de 16%. Já em Minas Gerais, eram 5.058.328 pessoas em 2000 e 6.806.149 em 2010, demonstrando um crescimento de 34% (SIDRA IBGE, 2016). Assim, constata-se que o aumento do número de pessoas ocupadas em Sem-Peixe no período estudado foi inferior ao encontrado no estado de Minas Gerais.

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Sem - Peixe	614	714
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016.

No que diz respeito ao número de pessoas ocupadas por cada setor da economia, reforça-se a informação de que a pecuária é uma atividade crucial para o município, tendo 929 pessoas atuando no segmento em 2010. A indústria tem menos expressão na produtividade do município, com apenas 134 pessoas ocupadas, ao passo que o setor de serviços aloca 411 trabalhadores (SIDRA IBGE, 2016).

Cabe ressaltar que o município não segue a tendência do estado de Minas Gerais, uma vez que neste há um maior número de pessoas alocadas na área de serviços - 5.887.655. Outros 1.935.101 trabalham na indústria e, por fim, o setor que menos ocupa pessoas, a agropecuária com 1.500.876 de empregados (SIDRA IBGE, 2016).

Em relação ao número de estabelecimentos, não há registro de estabelecimento agropecuário em Sem-Peixe. Já para a indústria, verifica-se 4 estabelecimentos e, para o setor de serviços, 27, o que confirma a importância do segmento terciário no município. Sem-Peixe, nesse sentido, segue a tendência do estado, com maior número de estabelecimentos alocados no setor de serviços, sendo 467.369 em Minas Gerais (SIDRA IBGE, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Não foram identificadas informações referentes à legislação urbanística municipal por meio de dados primários ou secundários.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura, esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Sem-Peixe. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁷.

7 No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Sem-Peixe para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Sem-Peixe, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em Sem-Peixe 62 bens, serviços e atrativos. Conforme apresentado na Tabela 7, a seguir **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Sem-Peixe

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	30
Equipamento de hospedagem	1
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	11
Transporte	2
Locais/templos de manifestação de fé	12
Serviços e equipamentos para eventos	2
Outro serviço e equipamento turístico	2
Equipamentos Culturais	5
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	4
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Atrativos	14
Atrativo natural	4
Atrativo cultural	10
Diversidade Cultural	7
Grupos Culturais	2
Calendário Cultural	5
Gastronomia	0
Total	62

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

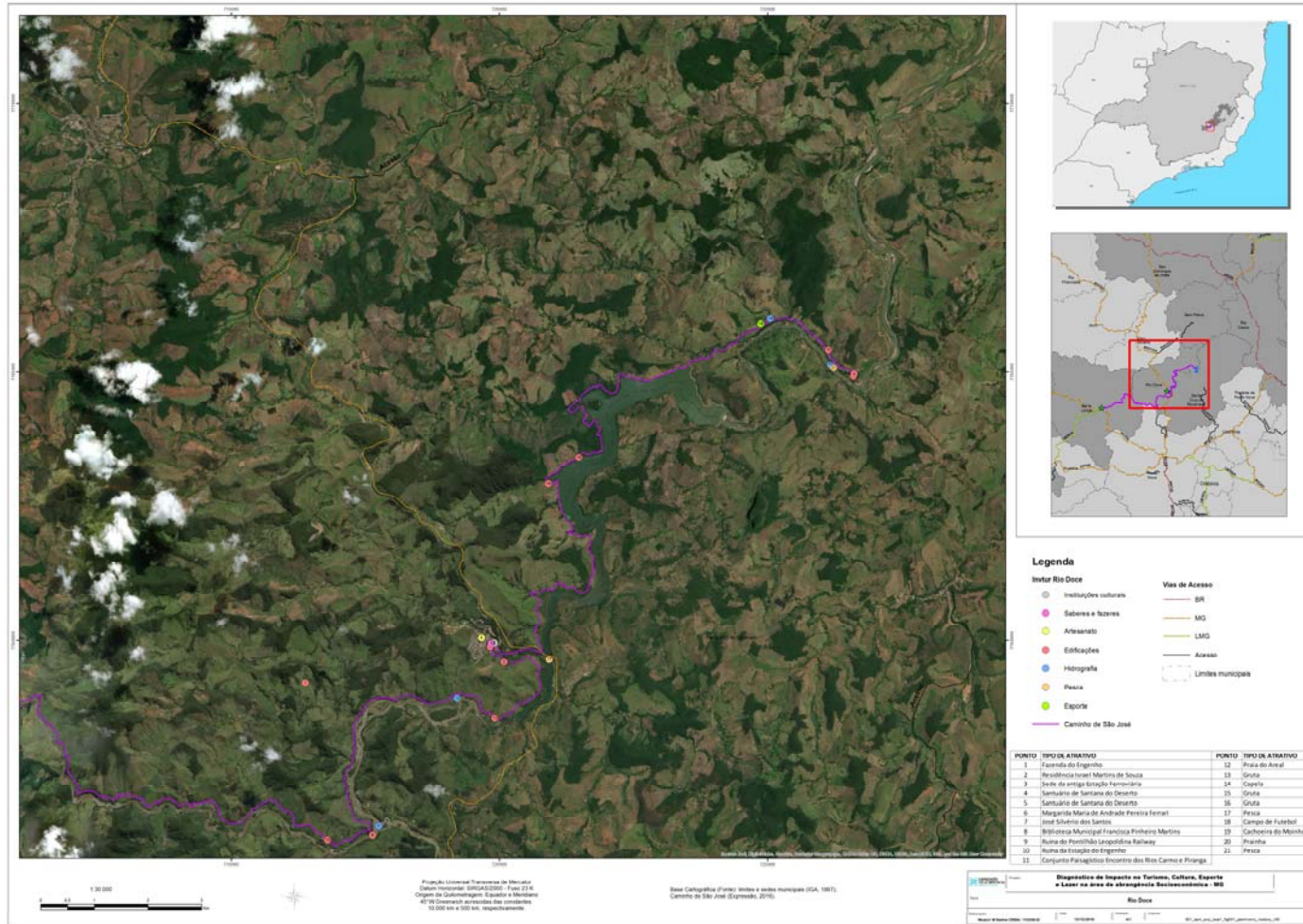


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Sem-Peixe

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);
- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);

- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que cada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de gestão

As diretrizes nacionais sobre o setor de turismo dispõem que os municípios necessitam de um aparato institucional para constituir seu Sistema de turismo, dispondo de um órgão específico para o setor, um Conselho, um Fundo e um Plano de Turismo, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, este último prerrogativa específica do estado de Minas Gerais. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, que avalia, dentre outras variáveis, a “Organização Turística do Município⁸, apontou que em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de

⁸ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

critérios da Lei nº 18.030/2009, Sem-Peixe ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas (FJP, 2013).

Em Sem-Peixe, o órgão responsável pela gestão das políticas públicas de turismo é a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, portanto, um órgão que acumula dentre as suas funções a gestão de distintas política setoriais.

O município não possui Plano Municipal de Turismo, principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política de turismo local, que deve ser elaborado em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, órgão que se constitui em elo entre a política estabelecida e a ação de fato.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município de Sem-Peixe possui Conselho Municipal de Turismo, instituído pela mesma lei que criou o FUMTUR - Lei nº 153 de 2007. No entanto, o COMTUR tornou-se ativo apenas em 2013.

O COMTUR se constitui em uma instância de participação e controle social da política municipal de turismo, de caráter consultivo e representação paritária, de modo a promover a convergência de esforços entre o poder público e a sociedade civil.

Segundo a SETUR/MG (2014), o conselho é capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Nesse sentido, os conselhos possibilitam que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima.

3.2.1.1.3 Financiamento e fomento

O município possui Fundo Municipal de Turismo, instituído pela Lei nº 153 de 2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências. O FUMTUR se constitui em importante instrumento de planejamento

e organização orçamentária da política de turismo, possibilitando a captação de recursos em fontes diversas com vistas à viabilização de projetos e ações no setor. Em Sem-Peixe o FUMTUR encontra-se regulamentado e em funcionamento e a sua gestão é uma atribuição do Secretaria de Cultura e Turismo.

As fontes de aporte de recursos financeiros ao FUMTUR são diversificadas, constituindo-se de (Lei 153/2007 art.11º):

- Preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios e o resultado de suas bilheterias quando não revestidos a título de cachês ou direitos;
- A venda de publicações turísticas editadas pelo poder público;
- A participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município;
- Créditos orçamentários ou especiais que lhes sejam destinados;
- Doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- Contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;
- Recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;
- Produtos de operações de créditos realizadas pela prefeitura, observada a legislação pertinente e destinadas a esse item específico;
- Outras rendas eventuais.

Os gastos orçamentários de Sem-Peixe na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009 (FJP, 2013). Todavia, as ações nesse setor são realizadas com recursos advindos de dotação orçamentária própria.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Sem-Peixe participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos circuitos turísticos. Estes se constituem no principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

Sem-Peixe está inserido no Circuito Turístico Montanhas e Fé, que abriga um conjunto de onze municípios da região da Zona da Mata portadores de afinidades culturais, sociais e econômicas, e que se uniram para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, tendo em vista a consolidação de uma identidade regional.

Informa-se que o município não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasse mensais de recursos financeiros condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos destinados ao desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

O município de Sem-Peixe possuía um Inventário de Oferta Turística preliminar, que foi atualizado pelo trabalho de campo realizado entre novembro e dezembro de 2016.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Nos manuais do INVTUR os meios de hospedagem estão caracterizados como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Tomando por base essa definição foi inventariada em Sem-Peixe a Pensão Dona Sinhá, que conta com 10 unidades habitacionais, totalizando 22 leitos.

- Pensão Dona Sinhá



Figura 8 Pensão Dona Sinhá

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados 11 empreendimentos no segmento de Alimentos e Bebidas, que prestam serviços remunerados.

- Traller do Joaquim;
- Bar do Lico;
- Bar dos Amigos;
- Bar o Último Gole;
- Bar do Fuscão;
- Bar do Tão Perereca;
- Schitt's Bar;
- Padaria D'Hora;
- Restaurante e Pizzaria Dona Sinhá;



- Bar e Mercearia do Zé Maria;
- Império do Sabor.

Tabela 8 Equipamentos de alimentos e bebidas

Trailer do Joaquim



Bar do Lico



Bar dos Amigos



Bar do Último Gole



Bar do Fuscão

Bar do Tão Perereca



Schitt's Bar



Padaria D'ora



Restaurante e Pizzaria Dona Sinhá,



Bar e Mercaria do Zé Maria





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.1.2.3 Serviços de transporte

Foram identificados dois prestadores de serviços de transportes turísticos:

- Táxi Sr. Sebastião Américo de Oliveira.
- Small Bus Turismo.

Tabela 9 Serviços de transporte



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.1.2.4 Espaço para eventos

O levantamento de dados em campo possibilitou identificar e inventariar um equipamento para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras e shows:

- Esporte Clube Nascimento: além de abrigar atividades esportivas, se constitui em equipamento para realização de congressos, convenções, exposições, feiras e shows de grande porte.



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.1.2.5 Locais e templos de fé/edificações

O trabalho de atualização do INVTUR possibilitou inventariar 11 templos de fé:

- Capela São Paulino;
- Capela São Bartolomeu;
- Capela São Vitorino;
- Capela Nossa Senhora das Brotas;
- Igreja Assembleia de Deus;
- Igrejinha de São Vicente de Paula;
- Igreja Matriz de São Sebastião;



- Igreja Batista;
- Igreja Mundial do Tempo de Deus;
- Igreja Deus é Amor;
- Assembleia de Deus.

Tabela 10 Locais e templos de fé/edificações

Capela São Paulino



Capela São Bartolomeu



Capela São Vitorino



Capela Nossa Senhora das Brotas





Igreja Assembleia de Deus



Igrejinha de São Vicente de Paula



Igreja Matriz de São Sebastião



Igreja Batista



Igreja Mundial do Tempo de Deus



Igreja Deus é Amor



Assembleia de Deus



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, que podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

3.2.1.2.6 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

No segmento de outros serviços e equipamentos turísticos utilizados por visitantes, ainda que não tenham esse como seus objetivo e uso principais, foi identificada a EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Tabela 11 Outros espaços e equipamentos para eventos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.1.2.7 Atrativos Naturais

No município de Sem-Peixe foram inventariados quatro atrativos turísticos naturais, passíveis de serem utilizados para fins turísticos. São eles:

- Cachoeira do Batata;
- Cachoeira do Nanito;
- Cachoeira do Sítio;
- Cachoeira do Ruão.

Tabela 12 Atrativos naturais



Fonte: goo.gl/I8Y1HE, 2016.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei

Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país. A Figura 9 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 9 – Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Sem-Peixe, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão, legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política pública de cultura em Sem-Peixe é uma atribuição do Departamento Municipal de Cultura e Turismo, portanto, de um órgão que acumula dentre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais⁹.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹⁰, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização, é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

De acordo com informações do Ministério da Cultura, Sem-Peixe já aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, através do Acordo de Cooperação Federativa nº 01400.007575/2016-89, assinado em 30/03/2016. Todavia, até o período de realização da pesquisa de campo, em 2016, o município ainda não tinha implementado o Sistema Municipal de Cultura. Quanto ao Plano Municipal de Cultura, foi informado que a sua elaboração se encontrava em fase de discussão com a comunidade.

De acordo com dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹¹, realizada pelo IBGE, as principais ações e projetos em desenvolvimento pelo Departamento de Cultura e Turismo da Prefeitura são: promoção de

9 A consulta às informações da Prefeitura Municipal de Sem-Peixe foi prejudicada pelo fato de a página da internet se encontrar fora do ar desde 01/07/2016, em cumprimento à legislação eleitoral, não tendo sido reestabelecida após as eleições.

10 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

11 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos.

festivais ou mostras de cinema/vídeo; oferta de cursos de artesanato; ações de apoio às manifestações populares; ações de desenvolvimento do turismo cultural; implantação e manutenção de calendário anual de eventos; apoio a seminários, encontros e congressos; apoio a apresentações musicais, eventos, festas e celebrações tradicionais locais.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

O município possui Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, instituído pela Lei Municipal nº 310/2014. O referido órgão tem caráter deliberativo, composição paritária e encontra-se ativo.

No ano de 2014 foi realizada a primeira Conferência Municipal de Cultura, já tendo o município participado da terceira Conferência Estadual de Cultura em 2013 e do Fórum Técnico do Plano Estadual de Cultura em 2016. O município também enviou representantes para a segunda e a terceira Conferência Nacional de Cultura.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

A Tabela 13, abaixo, apresenta os valores do orçamento municipal destinados à cultura, relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹².

Observa-se que os gastos com cultura em Sem-Peixe estão divididos entre duas unidades: a Divisão Cultural e o Departamento Municipal de Cultura. Observa-se ainda que houve redução no orçamento municipal de um exercício para outro, situação também verificada nos valores previstos e executados na função cultura.

¹² Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

A Divisão de Cultura foi responsável, na média dos dois anos, por 0,5% das despesas liquidadas, ao passo que o Departamento Municipal de Cultura abarcou cerca de 4,9%.

Por fim, é importante destacar que os principais gastos da Divisão de Cultura foram em sua manutenção - média de 88% do total gasto - e no item Patrimônio Histórico e Cultural, destinado ao pagamento de consultoria para realização do inventário necessário à captação de recursos do ICMS Patrimônio Cultural - média de 12% do total.

Com proporção oposta, o Departamento Municipal de Cultura divide seus gastos entre sua manutenção - média 11% do total - e a realização de festividades tradicionais e populares, o que corresponde a quase 89% dos valores executados nos dois anos.

Tabela 13 Despesas previstas e liquidadas / Sem-Peixe, 2014-2015

Item / Função	2014	2015
Valor Atualizado Prefeitura	14.001.098,00	12.854.050,00
Valor executado Prefeitura	12.656.290,83	11.008.744,59
Valor Atualizado Divisão de Cultura	90.707,00	89.020,00
Valor Executado Divisão de Cultura	72.250,85	58.832,21
- Manutenção da Divisão de Cultura	59.838,05	51.988,21
- Patrimônio histórico e cultural	12.412,80	6.844,00
Valor Atualizado Departamento Municipal de Cultura	632.010,00	541.901,00
Valor Executado Departamento Municipal de Cultura	602.675,94	428.087,81
- Manutenção do Departamento	70.333,62	48.662,43
- Festas e manifestações tradicionais	532.342,32	379.425,38

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016.

OBS: apenas valores executados. Há outros valores empenhados, mas não foram aqui considerados.

Sem-Peixe possui Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, criado pela Lei nº 178/2008 e vinculado ao Departamento de Cultura. Suas fontes de recursos são provenientes de dotação orçamentária própria e do ICMS Patrimônio Cultural.

O município tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹³, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, Sem-Peixe havia apresentado queda significativa em sua pontuação no exercício 2015, mas retomou alguns pontos para o exercício 2017, chegando a 7,34 pontos.

Tabela 14 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Sem-Peixe, 2013-2017

Município	Exercício 2013	Exercício 2015	Exercício 2017
Sem-Peixe	11,40	6,39	7,34

Fonte: IEPHA, 2016.

Os valores financeiros repassados para o município foram afetados pela referida queda de pontuação, reduzindo-se a praticamente um terço dos anos anteriores no exercício 2016. Como pode ser observado na Tabela 15.

13 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

Tabela 15 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Sem-Peixe, 2014-2016

Municípios	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016 ¹⁴
Sem Peixe	142.788,28	129.202,98	36.790,68

Fonte: FJP, 2016.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Sem-Peixe já possuía o Inventário de Oferta Turística - INVTUR, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, as informações pré-existentes sobre espaços e equipamentos de cultura do município foram validadas e/ou atualizadas em pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016.

O município não dispõe de diversificada infraestrutura para a difusão e a fruição de manifestações artísticas, como teatro, sala de espetáculo ou cinema, capazes de abrigar produções locais e externas. As manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem nos logradouros públicos.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

O município não dispõe de espaços apropriados para consultas e fruição da memória social e da história do lugar, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como galerias, arquivos públicos e museus.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

O município conta com a Biblioteca Pública Municipal “Dona Lica” e o Centro Cultural e Artístico Manuelzão.

¹⁴ Os valores do ICMS de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

Informa-se que o Centro Cultural e Artístico Manuelzão recebeu recursos do Fundo Estadual de Cultura, no edital de 2008, para sua construção. Entretanto, conforme informado, apresentou problemas na edificação, que necessitou de reparos e seu uso atual é restrito a cursos artísticos.

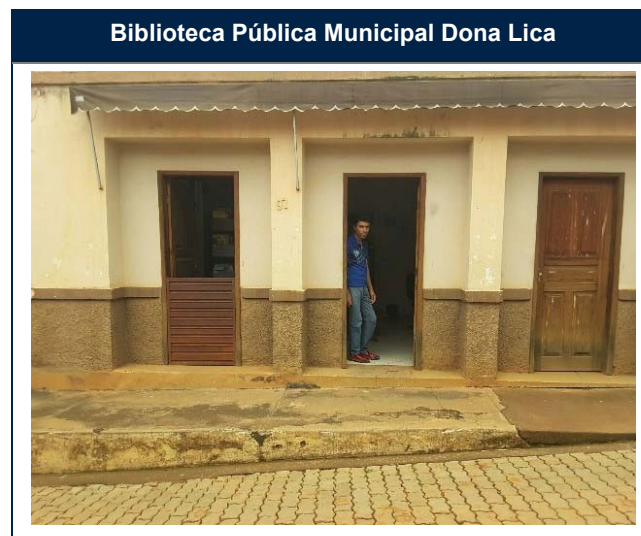


Figura 10 Biblioteca Pública Municipal Dona Lica

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Figura 11 Centro Cultural e Artístico Manuelzão

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As principais manifestações culturais em Sem-Peixe são relacionadas à forte religiosidade da sua população, além dos ofícios tradicionais e do artesanato. Dados da MUNIC 2014 e entrevistas realizadas em pesquisa de campo de 2016, apontam a atuação de grupos de dança, de banda de música e a realização de manifestações artísticas da cultura popular.

Sobre a produção artesanal, foram citadas as atividades de bordado, pintura, tecelagem e a fabricação de doces.

Os principais grupos atuantes em Sem-Peixe, também com atividades formativas de arte e cultura, são:

- Corporação Musical Nossa Senhora das Graças: fundada em 1948 e instalada em sede própria desde 1969. Além de apresentações em várias cidades de Minas, também oferece ações de formação artística para jovens da cidade. Seus ensaios são abertos à visitação.
- Associação do Grupo de Congado Marujos de Nossa Senhora do Rosário: com mais de 100 anos de tradição.
- Centro Cultural e Artístico Manuelzão: atualmente se dedica fundamentalmente à realização de aulas de Teatro e Dança, ofertadas gratuitamente para crianças e adolescentes, duas vezes por semana. Em 2016 participaram 76 alunos.
- Associação de Artesanato, Culinária e Agricultura Sustentável – Mãos Criativas de Sem-Peixe: fundada em 2014, oferece cursos de formação para a produção sustentável no município em parceria com a Prefeitura Municipal e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

Corporação Musical Nossa Senhora das Graças Sem-Peixe



Figura 12 Corporação musical de Sem-Peixe

Fonte: Facebook da corporação musical nossa senhora das graças de Sem-Peixe, 2016.

Grupo de Congado Marujos de Nossa Senhora do Rosário



**Centro Cultural e Artístico Manuelzão
(curso de produção artesanal)**



Figura 13 Grupo de congado e centro cultural e artístico Manuelzão

Fonte: Facebook do Piracuera/Pontenet, 2016.



Figura 14: Associação de Artesanato, Culinária e Agricultura Sustentável – Mãos Criativas de Sem-Peixe.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.2.4 Calendário Cultural

Conforme apurado na pesquisa de campo, os principais eventos do calendário cultural de Sem-Peixe são:

- Janeiro
 - Carnaférias, carnaval fora de época, com shows na praça da Matriz, a Praça de São Sebastião;
 - 20 de janeiro - Dia de São Sebastião, padroeiro da cidade, com realização de novena, celebrações eucarísticas, bingos, rifas, barraquinhas, leilão, apresentação da Corporação Musical Nossa Senhora das Graças e do grupo de Congado Marujos de Nossa Senhora do Rosário;
- Abril - Celebrações de Corpus Christi;
- Junho - Festa do Leite, tradicional festa da comunidade do Barbosa: comercializa produtos derivados do leite, doces e produtos artesanais, como velas, tapetes, toalhas, bordados, crochê e pinturas. Na festa também há barraquinhas comercializando alimentação e bebidas, além de shows musicais;
- Junho e julho - Festas juninas, julinas, quadrilhas e fogueiras;
- Julho – Cavalgada de Sem-Peixe, em sua XXV edição, com shows de renomes regionais e nacionais, concurso de Marcha e campeonato de truço;
- Agosto - 24 de agosto - Dia de São Bartolomeu;
Setembro - Cavalgada do Distrito de São Bartolomeu, com torneio leiteiro e concurso de Marcha; Encontro de Bandas;
- Outubro - Festa de Nossa Senhora do Rosário, principal data religiosa para apresentações do Congado;
- Dezembro: 21 de dezembro - Aniversário da cidade;



Figura 15 Cartazes de eventos de grande porte em Sem Peixe

Fonte: Sítio da Prefeitura Municipal de Sem-Peixe.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio material e imaterial um diferencial na gestão cultural dos municípios, pois se constitui em um passo importante para a implementação da política pública de proteção do patrimônio cultural como um todo.

Sem-Peixe possui legislação de proteção ao patrimônio cultural de natureza material e imaterial - a Lei Municipal nº 310/2014, que estabeleceu normas de proteção do patrimônio cultural do município, que encontra-se regulamentada e em aplicação. A mesma Lei instituiu o Conselho Municipal de Patrimônio e Cultura de Sem-Peixe, o COMPAC.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, essa legislação municipal define, em seu Artigo 1º:

“Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, públicos ou particulares, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade municipal, entre os quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-

culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico; VI - os lugares onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas”.

O Artigo 2º estabelece que, “O Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o seu patrimônio cultural, por meio de: I - inventário; II - registro; III - tombamento; IV - vigilância; V - desapropriação; VI - outras formas de acautelamento e preservação”.

O Regimento Interno do Compac foi registrado em 2006 e aprovado em 2015 pelo Decreto Municipal nº 33A/2015 (Prefeitura Municipal de Sem-Peixe (PMSP), 2015).

Já o Decreto nº 042/2014 regulamenta o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – FUMPAC. Dentre os projetos aprovados estão a construção do Centro Cultural e Artístico Manuelzão, a aquisição de uniformes para a Corporação Musical, a aquisição de instrumentos musicais e o prêmio Culturas Populares.

O município participa da política estadual do ICMS Patrimônio Cultural. Sua pontuação para o exercício 2017 foi de 7,24, recuperando alguns pontos da queda significativa que teve em 2015. Ainda assim, Sem-Peixe se encontra abaixo da pontuação média dos municípios mineiros que, para 2017, é de 7,83; e muito abaixo da maior pontuação do estado, atribuída a Mariana, 58,50 pontos.

A seguir apresenta-se a relação de bens culturais protegidos no município segundo informações constantes no sítio da Prefeitura Municipal de Sem-Peixe.

Relação de bens tombados por Legislação Municipal:

- Conjunto Paisagístico da Igreja Matriz e Praça São Sebastião, como demais bens no perímetro imediato do seu entorno, que inclui a Corporação Musical Nossa Senhora das Graças e a Capela São Vicente de Paula. Decreto Municipal nº 12/2007, inscrição nº 02 no Livro de Tombo - não especificado;
- Acervo de Livros do Registro Civil do Cartório de Sem-Peixe: nascimentos, óbitos e casamentos;
- Capela São Vicente de Paula.

Estruturas arquitetônicas inventariadas - atualização em 2016:

- Ponte sobre o Rio Sem Peixe;
- Sede da Prefeitura Municipal de Sem-Peixe: Pça. São Sebastião, s/n;
- Futura Sede da Prefeitura Municipal de Sem-Peixe: Rua José Antônio Nascimento, nº 89/97;
- Edificação Residencial - Rua José Antônio Nascimento, s/n (demolida em 2014);
- Edificação Residencial - Rua José Antônio Nascimento, nº 100 (demolida em 2014);
- Edificação Residencial e Padaria - Rua José Alvim, s/n;
- Edificação Residencial - Rua José Vicente de Souza, nº 65;
- Edificação Residencial - Rua José Vicente de Souza, nº 80;
- Edificação Residencial - Rua José Alvim, nº 09 (demolida em 2014).

A Cavalgada de Sem-Peixe é um bem imaterial registrado pelo Decreto Municipal nº 77/2014, sendo realizada anualmente no Esporte Clube Nascimento, na terceira semana do mês de julho, como resultado de parceria entre a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores e a EMATER/MG. É “a festa sociocultural mais importante do calendário municipal e regional por seu valor histórico e simbólico” (ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017). Fazem parte da festa o popular torneio de truco, a Cavallada, a ‘fechadura’ (encerramento extraoficial com almoço gratuito), premiações, rodeios, apresentações culturais, mostra de artesanato e barracas de comidas e bebidas típicas.

Categoria Músicas e Danças:

- Corporação Musical Nossa Senhora das Graças;
- Encontro de Bandas.

Lista de bens culturais imateriais inventariados:

- Apostolado da Oração – 2009. Categoria: Celebrações e Ritos
- Banda de música – 2009. Categoria: Formas de Expressão
- Bordados – 2009. Categoria: Saberes e Ofícios
- Cavalgada – 2009. Categoria: Celebrações e Ritos
- Congado – 2009. Categoria: Celebrações e Ritos
- Corpus Christi – 2009. Categoria: Celebrações e Ritos
- Espaço de Comemorações – 2009. Categoria: Não Identificado

- Festa de São Sebastião – 2009. Categoria: Celebrações e Ritos
- José Gomes de Couto – 2009. Categoria: Não Identificado
- Maestro Sr. Jiló – 2009. Categoria: Não Identificado
- Pedras com aspecto de “Paisagem Lunar” – 2013. Categoria: Paisagístico e Natural.

Bens imateriais inventariados e apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017:

- Cultura culinária popular preparada em ambiente doméstico
 - a) Canjiquinha com Carirú (folha comestível): a história de seu preparo demonstra a forte relação entre a culinária local e a biodiversidade da região.
 - b) Cansaçõ: planta de folhas verde-escuras e redondas com nervuras arroxeadas, disponível nas terras da região.
 - c) Costelinha com Lobrobró (ora-pro–nobis): uma das receitas mais difundidas no município.
 - d) Cuscuz: faz parte da história dos costumes alimentares da região, a despeito das transformações nos ingredientes e no modo de fazer.
- História Oral:
 - a) História das aparições de Júlio: exemplo de memória individual e imaginário coletivo, que envolve crenças relativas à religiosidade cristã e à temática da morte.
 - b) História da visão de Seu Tônico: revela práticas sociais do espaço rural e relatos de assombração.
 - c) História de Zé Siqueira: relato de caso de assombração.
 - d) Ofício de parteira: saber tradicional importante para a população rural.
 - e) Biografia de Dona Mariinha: nascida em 1908, é considerada a mulher mais idosa do município e exemplo vivo de modos tradicionais de vida.
 - f) Bambuzal do Manga: área de aproximadamente 100m de estrada de terra, onde há plantação de bambu. Local de supostas assombrações e casos sobrenaturais.
 - g) Festa de Nossa Senhora do Rosário no Córrego Escuro (distrito): em setembro ou outubro as celebrações ocorrem em torno da Capela de Santo Antônio vinculada à história da formação da sociedade local descendente de escravos.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

As ações de educação patrimonial apresentadas a seguir foram realizadas durante o ano de 2016.

Nos cursos realizados na Associação de Artesanato Culinária e Agricultura Sustentável - ARCAS, parceira do Departamento de Cultura e Turismo, abordam-se, de forma sucinta, antes do ensinamento das técnicas, o histórico de Sem-Peixe e os bens que integram o patrimônio cultural local. Ao final do curso, os participantes devem produzir algo relacionado ao patrimônio cultural protegido, usando as técnicas do curso. Ex.: no curso de pintura em tecido foi reproduzida a imagem da Capela de São Vicente de Paula, bem tombado; no curso de artesanato com bambu, foi reproduzido um peixe e os participantes fizeram um tour rápido pela Praça, Igreja e Capela, que são bens tombados.

Também no curso preparatório para a realização da Feira Cultural, com os professores das escolas estadual e municipal do Município e no curso com os servidores municipais, principalmente com funcionários do Departamento de Obras e Limpeza Urbana, foram apresentados os bens protegidos por lei, os tombamentos, registros e inventários.

No projeto Conheça Nossa História, que consiste na divulgação e conscientização da população quanto a importância da preservação do patrimônio cultural local, foram realizadas as seguintes ações:

- Feira Cultural realizada nas escolas Estadual e Municipal;
- Visita à nascente do rio que forma a Cachoeira de Ruão, onde havia a usina de produção de energia;
- Palestra Conheça nossa História na Escola Estadual São Sebastião;
- Visita ao prédio onde funcionava a Prefeitura Municipal;
- Culminância do Projeto com produção de texto sobre a cultura do município;
- Apresentação da dramatização do poema "Sem-Peixe entre Montanhas";
- Produção e distribuição da Cartilha Diretrizes de Intervenção para o bem tombado e perímetro de entorno.



Figura 16 Curso de artesanato e participantes do Projeto Conheça Nossa História de 2016

Fonte: Acervo Departamento de Cultura de Sem Peixe, 2016

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União.

Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Caratinga, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer é uma atribuição do Departamento Municipal de Esporte e Lazer.

Em entrevista realizada com o representante municipal obteve-se a informação de que o município não possui um sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer. Obteve-se também a informação de que, embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de Sem-Peixe não conta com um Plano Municipal de Esporte e Lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes foi constatada a existência de Conselho Municipal de Esporte, instituído pela Lei nº 202 de 23 de Dezembro de 2009. Este, segundo o representante municipal entrevistado, é consultivo e sua representação é paritária, no entanto encontra-se inativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em pesquisa de campo, o município não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e tampouco de legislação de incentivo ao Esporte e/ou Lazer.

O entrevistado relatou também que 10% do orçamento total da prefeitura é destinado a políticas voltadas para o esporte e lazer e que a prefeitura utiliza de recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor. O entrevistado afirmou que não houve queda na arrecadação relativa a produtos e serviços do esporte e/ou lazer no município em decorrência do Evento.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer¹⁵” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer”, em 2013, apontou que “os gastos

15 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do

orçamentários de Sem-Peixe nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram, conforme indicado nas prestações de contas anuais, 0,2% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,2%” (FJP, 2013). Não houve qualquer alteração no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com um levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de Sem-Peixe tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Os levantamentos de dados em campo possibilitaram apurar ainda que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonato Municipal de Futebol de Campo, Torneio de Futsal, Etapa da Copa Minas de Mountain Bike e Concurso de Marcha.

Segundo consta no estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte¹⁶” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer” (FJP, 2013) em 2013, o município de Sem-Peixe estava entre os 474 municípios mineiros que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer.

Em análise do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportes (Artigo 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009) - ano base 2015, disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, verificou-se que o

setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

16 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).

município de Sem-Peixe não pôde participar deste processo, visto que o seu Conselho Municipal encontra-se cadastrado, porém, inativo (Minas Gerais, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo Fomentar a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (Minas Gerais, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base (ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui seis espaços ou infraestruturas de lazer e entretenimento que, de acordo com a validação das informações, são equipamentos de passeios e ponto de encontro da comunidade, realização de atividades físicas, festas, eventos e atividades esportivas e culturais da cidade. São eles:

- Quadra Poliesportiva Raimundo Cassimiro Roque;
- Quadra Poliesportiva Aduino Gomes;
- Campo de São Bartolomeu;
- Campo do Córrego Fundo;
- Praça São Sebastião;
- Estádio Mirandão.

Tabela 16 Espaços de esporte e lazer

Quadra poliesportiva Raimundo Cassimiro Roque



Quadra poliesportiva Adauto Gomes



Campo de São Bartolomeu



Campo do Córrego Fundo



Praça São Sebastião



Estádio Mirandão



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Tal como apresentado no diagnóstico do município produzido pelos especialistas do setor Turismo, durante o trabalho de campo realizado em Sem-Peixe foi possível identificar e inventariar três atrativos que possuem elementos naturais e que podem ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer: Cachoeira do Batata, Cachoeira do Sítio, Cachoeira do Ruão e Cachoeira do Nanito.

3.3 Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao Rio Doce

No município de Sem-Peixe foram identificadas três comunidades rurais próximas ao rio Doce, são elas: Barbosa, Jacutinga e Califórnia, representadas no mapa apresentado na Figura 17 a seguir.

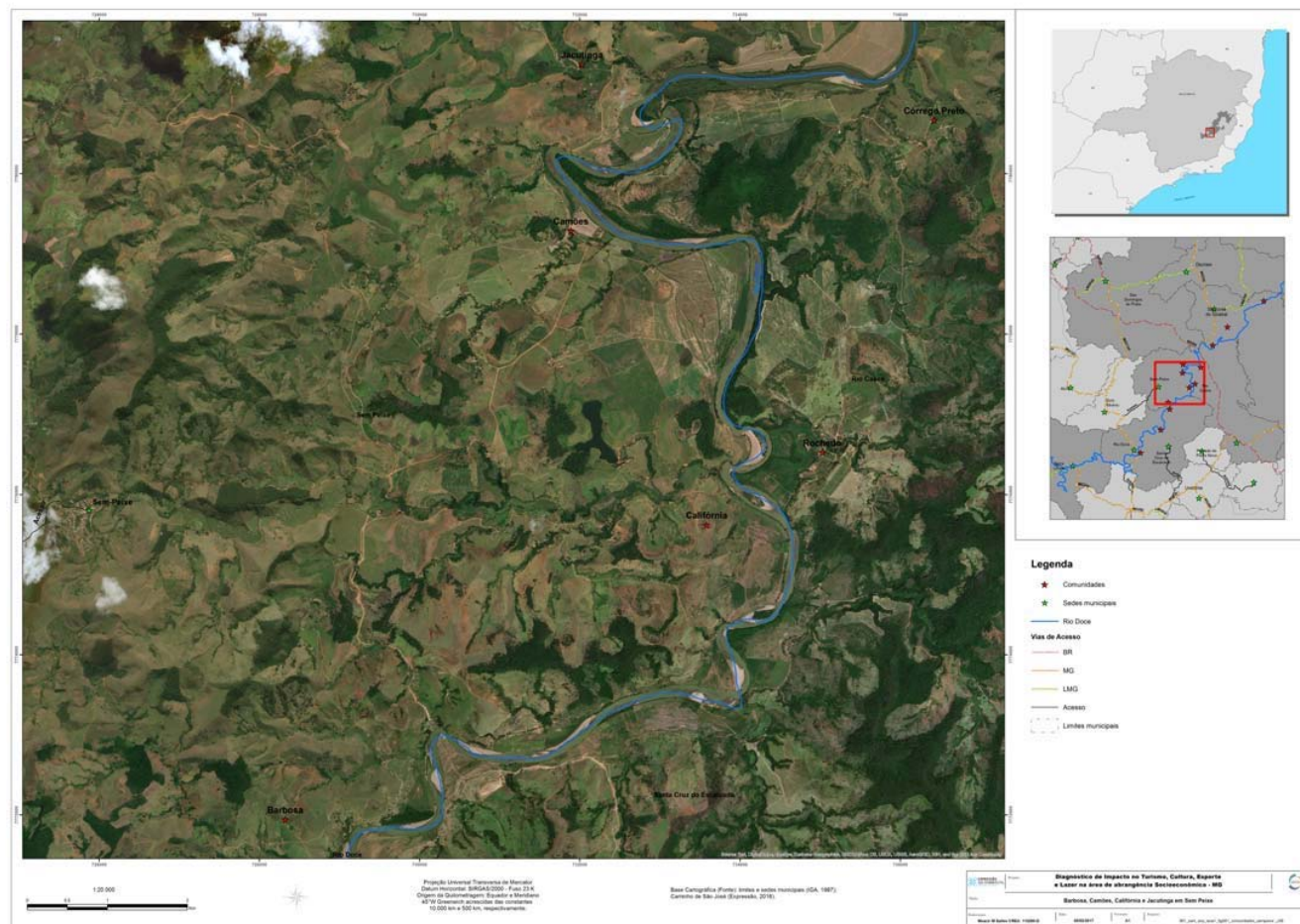


Figura 17 Mapa de localização das comunidades rurais do município de Sem-Peixe localizadas próximas ao rio Doce.

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2017.

3.3.1 Comunidade do Barbosa

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A comunidade Barbosa, pertencente ao município de Sem-Peixe, possui aproximadamente 30 famílias e a economia local baseia-se na agricultura e pecuária, sendo que boa parte dos moradores trabalham em atividades rurais e produzem algum tipo de animal ou plantação. A maioria das famílias criam animais que, também são utilizados para subsistência. As atividades produtivas da comunidade são organizadas por meio de uma associação de moradores e há na comunidade também uma capela religiosa.

Barbosa não possui transporte público e o acesso à comunidade se dá basicamente por meio de transporte escolar. Quanto ao acesso à serviços básicos, as casas da comunidade são abastecidas por meio de nascentes, sendo que a qualidade da água é considerada ruim e os moradores não contam com equipamentos de saúde.



Figura 18 Fotos de Comunidade do Barbosa

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

É importante ressaltar que o Rio Doce é parte marcante do cotidiano da comunidade, tendo em vista seu uso para atividades de lazer e pesca recreativa. Dentre as opções de lazer mencionadas pelos entrevistados a pesca, o futebol e as festas comunitárias foram apontados pelos moradores como as principais formas de entretenimento da comunidade. Na localidade também ocorriam atividades turísticas que eram realizadas às margens do rio por moradores e turistas, tais como acampamento e turismo de aventura.

3.3.2 Comunidade do Jacutinga

A comunidade de Jacutinga, pertencente ao município de Sem-Peixe, possui aproximadamente 30 famílias e é limitada pelo rio Doce, além de ser cortada pelo ribeirão Bartolomeu, com seu afluente Córrego Caboclo e ao leste pelo Córrego Cascalho, todos subsidiários do rio Doce. O acesso à Jacutinga acontece basicamente por meio de transporte escolar ou carro particular.

A maior parte da renda da comunidade provém de atividades agropecuárias, sendo o mais comum a criação do gado. A comunidade possui também uma pequena cooperativa de produção de leite. Vale ressaltar que os moradores não possuem rede de abastecimento de água e contam com outras fontes de água para o consumo humano, tais como cisternas e poços artesianos.



Figura 19 Fotos Comunidade de Jacutinga

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Finalmente, o rio é parte marcante do cotidiano da comunidade, tendo em vista seu uso para atividades de lazer e pesca. Em entrevista realizada com moradores em relação às formas de lazer da comunidade a pesca, jogar futebol, acampar e nadar no rio foram os itens mais mencionados, bem como a celebração da festa do Coração de Jesus e Nossa Senhora Aparecida. Vale ressaltar que a comunidade não conta com equipamentos que propiciam diversificação das atividades de lazer, no entanto ocorria na localidade o turismo de aventura.

3.3.3 Comunidade Califórnia

A comunidade Califórnia, pertencente ao município de Sem-Peixe, possui 26 famílias e localiza-se na junção dos rios Doce e Sem-Peixe. O rio é parte marcante do cotidiano da comunidade, tendo em vista seu uso para atividades produtivas, tais como irrigação para plantações de subsistência e de lazer.

A principal produção econômica da comunidade é o gado, sendo que as famílias produzem uma pequena quantidade apenas para subsistência e/ou complementação da renda. Finalmente, a maioria dos moradores de Califórnia tem sua renda subsidiada pelos trabalhos realizados para produtores rurais da região e também pela produção feita em seus terrenos.

Capela religiosa ao fundo na comunidade de Califórnia



Figura 20 Comunidade de Sem Peixe

Fonte: Expressão Socioambiental, 2017.

Em entrevista realizada com moradores, no que se refere as formas de lazer da comunidade, a pesca, a natação, acampar e frequentar festas das comunidades vizinhas foram os itens mais mencionados. Vale ressaltar que a comunidade não conta com equipamentos que propiciam a diversificação das atividades de lazer e nem manifestações culturais, há somente uma capela em mau estado de conservação e um campo de futebol inativo, entretanto ocorria na localidade o turismo de aventura.

3.4 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi realizado no principal sítio de busca da internet, o google¹⁷, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância¹⁸. As taxonomias utilizadas foram: I) Sem Peixe E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Sem Peixe E barragem.

¹⁷ goo.gl/46bXSx

¹⁸ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

Tabela 17 Clipping de notícias do município de Sem-Peixe

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Sem Peixe e outras cidades receberão sistemas de alertas contra desastres	03/11/2016	O Popular	goo.gl/uTJ7WA	Regional	Neutro
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	09/11/2016	Liga Operaria	goo.gl/YBHnIh	Nacional	Negativo
CBH--Doce reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão	19/05/2016	Instituto Bioatlântica	goo.gl/3P00em	Regional	Neutro
Caravana do Rio Doce constata os estragos do rompimento da barragem de Mariana	13/04/2016	EPSJV - Fiocruz	goo.gl/KV4NZX	Nacional	Negativo
Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira – Parte 1	29/12/2016	Organics News	goo.gl/Agp0L3	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

A primeira notícia com o título “Sem Peixe e outras cidades receberão sistemas de alertas contra desastre” informa sobre a visita de técnicos da defesa civil do Ministério da Integração em áreas de risco na região de Mariana. De acordo com a notícia, os técnicos se reuniram com gestores de municípios que foram impactados pelo evento com o intuito de discutir a elaboração de planos de contingências diante de eventuais incidentes, entre as propostas para Sem-Peixe está a instalação de um sistema de alerta que se destaca no título da notícia.

A matéria associada ao município, de 09/11/2016¹⁹, foi publicada no sítio Liga Operária²⁰ com o título “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco”.

A matéria afirma não ter havido punição para as empresas Vale, BHP e Samarco, consideradas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão, que teria sido um “crime premeditado”.

Entre as consequências descritas se encontra a presença de rejeitos tóxicos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Os distritos Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira são apontados como alguns daqueles acometidos pelo “soterramento”. Já uma série de outras localidades é listada, a fim de demonstrar que, cerca de um ano após o ocorrido, os impactos não foram mitigados. Entre essas localidades, encontra-se Sem-Peixe.

O sítio no qual a matéria foi publicada consubstancia o seu teor crítico, uma vez que se trata de uma dissidência do movimento sindical surgida nos anos 1990. Esta se coloca contra a busca do empresariado pelo lucro e como defensora dos interesses dos trabalhadores e do povo, em geral.

A notícia veiculada pelo Instituto Bioatlântica, entidade ligada ao Comitê da Bacia do Rio Doce, informa sobre a reunião entre representantes do Comitê que compõe a Bacia do Rio Doce e gestores de 39 municípios que foram atingidos pelo evento. De acordo com a notícia, o intuito do encontro foi a apresentação de questões relacionadas ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela Samarco.

Entre as pautas previstas na reunião está a apresentação de programas de segurança hídrica e qualidade da água e que estão presentes no TTAC, além da discussão da organização do Fórum de Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, pertencentes à área 2 da TTAC, da qual faz parte o município de Sem-Peixe.

A reportagem intitulada “Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira”, publicada no site da *Organic News*, faz uma retrospectiva sobre os principais acontecimentos desde a ocorrência do Evento até o mês de abril 2016, apontando

19 goo.gl/aE16fm

20 goo.gl/oFV2IU

falhas da Samarco e dos órgãos fiscalizadores antes e depois da ocorrência do evento. A reportagem é acompanhada por uma série de fotografias e vídeos que demonstram o impacto causado pelo evento, principalmente no distrito de Bento Rodrigues.

No site da Escola Politécnica de Saúde da Fiocruz a reportagem intitulada “Caravana do Rio Doce constata os estragos do rompimento da barragem de Mariana”, faz uma apresentação de uma caravana que percorreu a Bacia do Rio Doce onde estão as principais localidades atingidas pelo evento e que contou com a participação de moradores atingidos pela mineração, pesquisadores, movimentos sociais etc.

A reportagem veiculada em um site ligado a Fiocruz, umas das principais instituições de pesquisas na área de saúde do Brasil, menciona a rota da Caravana, que passou pelo município de Sem-Peixe e tem como objetivo realizar um balanço sobre o impacto do evento, além de criar estratégias de mobilização como denúncias e reivindicações a partir da análise do impacto do evento.

A imagem abaixo se refere à nuvem de termos²¹ resultante do texto da notícia descrita e analisada.

21 Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Sem-Peixe é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²², um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²³ e a Onda Política²⁴ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁵ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁶, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

²² goo.gl/hBGDKp

²³ goo.gl/BcEHVc

²⁴ goo.gl/x1VYhC

²⁵ Organização Não Governamental

²⁶ Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

Tabela 18 Clipping de produções acadêmicas Sem-Peixe

Município de Sem-Peixe		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

Na tabela anterior, é possível observar que o município de Sem-Peixe foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS²⁷ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”²⁸, de dezembro de 2015, são sistematizadas informações acerca do evento, a fim de discutir o papel desempenhado pela atividade mineradora no Brasil²⁹.

27 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

28 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

29 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

A publicação é fruto de parceria firmada entre pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁰.

Ainda que Sem-Peixe tenha sido citado no relatório, verifica-se que foi em meio a uma listagem que se refere à relação dos municípios para os quais foi decretado estado de emergência ou calamidade pública, à época do Evento.

30 goo.gl/Ry1ShsCopy short URL



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); O Plano Municipal de Turismo (PMT); o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Dentro desse contexto, fica reafirmada a ideia que, de fato, em Sem-Peixe o Sistema de Turismo está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do Turismo. Isso demonstra a preocupação afirmada com o setor, sendo este muito importante para o município, conforme aponta o gestor entrevistado, pois o turismo gera emprego e renda, aquece a economia local, divulga os atrativos do município, além de valorizar a cultura local. Neste sentido, destaca-se que a gestão pública municipal de Sem-Peixe considera importante o diálogo com a sociedade civil, fazendo com que as decisões relacionadas ao setor sejam participativas.

As potencialidades do município apresentadas no diagnóstico no setor de turismo são o turismo rural, agroturismo e turismo de aventura. Sendo assim, a cachoeira do Sítio, cachoeira do Ruão, cachoeira do Nanito, cachoeira do Batata, igreja matriz, capela São Vicente, praça São Sebastião e o Centro Cultural Manuelzão são os principais pontos turísticos do município, afirmando que a característica marcante do turismo no município são os segmentos religioso, de lazer, cultural e turismo de aventura.

Já as principais fragilidades diagnosticadas são a infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (hotéis, restaurantes, bancos), muito aquém do necessário e; a relação do poder público com a iniciativa privada do turismo, considerada inexistente. O município demonstra insuficiência no tocante aos equipamentos privados de turismo e a população local é pouco sensibilizada e mobilizada para o setor.

4.2 Cultura

O município de Sem-Peixe apresenta política cultural em processo de estruturação, a partir da fundamental adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Avançar na implementação do Sistema Municipal de Cultura e seus elementos componentes é o próximo passo com vistas

a uma efetiva gestão pública de cultura no município, proporcionando o desenvolvimento cultural e humano local.

Em entrevista, a gestora pública afirmou que a cultura é considerada muito importante para o desenvolvimento do município, uma vez que “A cultura é somatório de costumes, tradições e valores de uma comunidade. É ela a responsável em preservar e contar a história do povo”.

Avalia-se que Sem-Peixe detém relevante potencial cultural, expresso principalmente pelas manifestações culturais tradicionais, como a música, o Congado, a Cavalgada e o artesanato.

Por outro lado, foi apontado pela gestora que falta envolvimento da comunidade e também participação da iniciativa privada na realização e no financiamento para o desenvolvimento da cultura local.

A excessiva concentração do orçamento público municipal na realização de eventos é um ponto importante a ser destacado, o que aponta para a necessidade de se reformular as prioridades da ação cultural no município, de forma a incrementar o apoio aos grupos e manifestações locais, garantindo sua continuidade e fortalecimento, como elementos da identidade municipal.

A política de proteção e preservação do patrimônio cultural de Sem-Peixe, embora apresente avanços e recuos, no período analisado, demonstra esforços no sentido de inventariar, tomba e registrar bens de natureza material e imaterial com potencial de aumento tanto de pontuação quanto de arrecadação no ICMS Patrimônio Cultural.

Caminhar nesse sentido é ampliar as chances do poder público municipal fortalecer suas ações e assumir, com qualidade, seu papel de fomentador das práticas culturais no território, para além dos momentos de festa, que são passageiros e que não implicam em um desenvolvimento local continuado.

4.3 Esporte e Lazer

Sem-Peixe é um município que apresenta uma frágil política de gestão voltada para o esporte e lazer, mesmo que o órgão seja um departamento com funções exclusivas para essa política setorial.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que desempenha papel fundamental na organização e controle da gestão pública local encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como, o ICMS Solidário – Critério Esportivo.

Além disso, a não existência de um Fundo Municipal de Esportes e de um Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, refletem a fragilidade da gestão da política pública municipal de esporte e lazer.

O representante municipal entrevistado informou que existe uma dotação orçamentária específica para o Departamento Municipal de Esporte e Lazer, que corresponde a 10% do orçamento total da prefeitura. Foi encontrada a informação de que este município tem a participação de apenas um programa promovido pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais.

O representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para Sem-Peixe, pois é uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento da ordem dentro da sociedade, exercendo uma função importante de inclusão social, auxiliando na garantia da segurança pública e melhoria da saúde. Ele entende que as realizações dos campeonatos, bem como os espaços e infraestruturas físicas e naturais disponíveis no município são as maiores potencialidades locais. Contudo, a falta de investimentos foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado também afirmou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico do município, uma vez que a sua prática proporciona momentos de descontração, promove interação, melhora as condições de vida, bem estar e no desenvolvimento psicológico das pessoas. Além disso, o lazer é de grande relevância na vida das pessoas, para os momentos que elas buscam descansar e relaxar de suas rotinas. Ele aponta os eventos e os atrativos naturais como as maiores potencialidades de Sem-Peixe. Por outro lado, a falta de envolvimento da comunidade, além da falta de investimentos para realizar as ações necessárias são as principais fragilidades observadas para o desenvolvimento deste setor.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser desenvolvida no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:

- Incentivar a realização de parcerias entre os setores público e privado;
- Estimular o envolvimento da comunidade nos programas municipais.

Além disso, a partir do diagnóstico desenvolvido foi possível observar que a reestruturação das prioridades da política municipal, a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em infraestruturas e equipamentos de esporte e lazer, são medidas necessárias para o fomento às ações deste setor, proporcionando assim a elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões

realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 18 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 20 Modelo Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/ Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
Impacto sobre atrativos turísticos											
Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
Impacto econômico no setor turístico											
Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
Impacto ambiental e na paisagem											

Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Impacto sobre Bens Imóveis											
Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
Impacto sobre Bens Móveis											
Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
Alteração de Costumes Locais											
Alteração na Agenda Cultural											
Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
Alteração do Calendário Esportivo											
Alteração de atividades de entidades esportivas											
Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Impacto sobre Espaços de Sociabilização											

Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte consistiu da construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, que são utilizados como artifícios para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (CARDOSO, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partidas para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 22 apresenta o gráfico radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 22 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 23, a seguir:

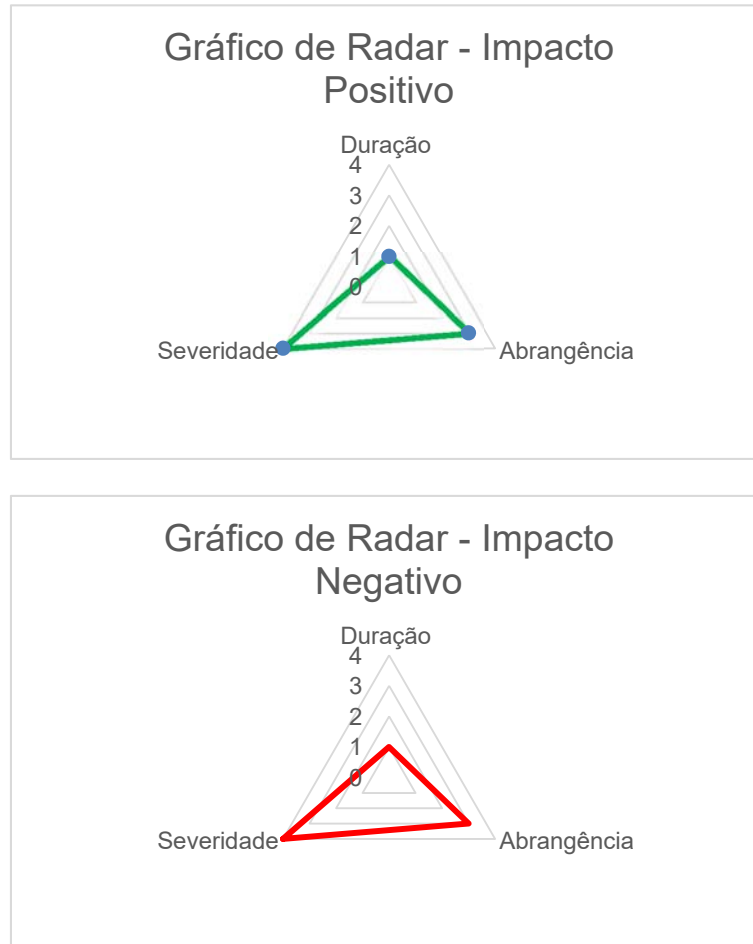


Figura 23 Exemplos de gráficos de radares de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 24 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

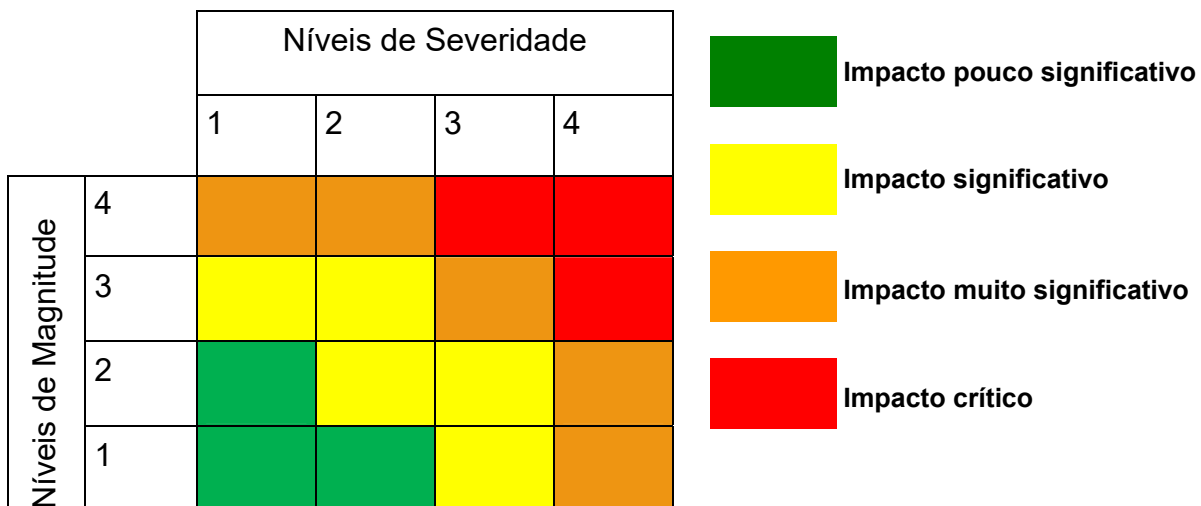


Figura 24 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação

e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
- b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
- c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- d) Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;

- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;



- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;



- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;



- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).



- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de Sem-Peixe requer considerar a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal dista aproximadamente 5 km (em linha reta) do rio Doce. Todavia, existem 3 comunidades – Jacutinga, Barbosa e Califórnia, as quais, dada a sua proximidade, se mostram mais sensíveis aos potenciais impactos do Evento.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificaram-se 5 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer em Sem-Peixe.

5.2.1 Impactos na Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais mobilizaram e têm mobilizado a mídia e a ciência.

Nesta seção avalia-se o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Sem-Peixe. A base de tal avaliação são os resultados da pesquisa acerca das matérias jornalísticas e da produção científica acerca das causas e dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme apresentado no item de diagnóstico.

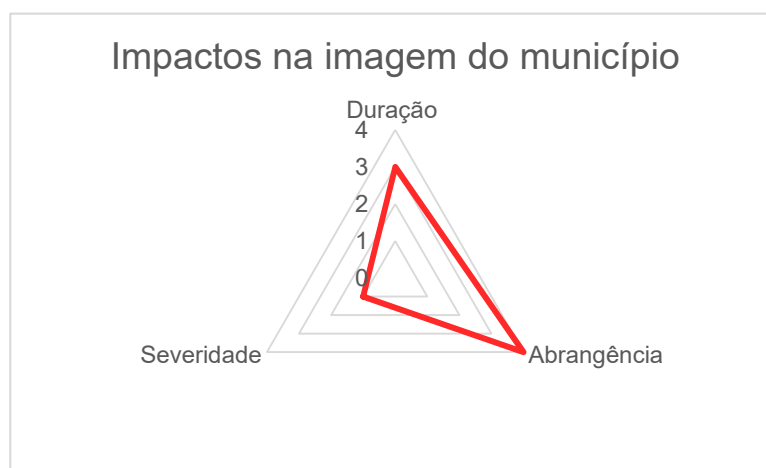
A metodologia de avaliação de impacto sobre a imagem aqui utilizada se baseia na mensuração do efeito negativo a partir de três variáveis: severidade, abrangência e

duração. A severidade se refere à expressividade do conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento. Já a abrangência está associada ao alcance dessas produções - regional, nacional ou internacional. A duração, por sua vez, trata-se do tempo potencial de repercussão.

A partir da amostra de notícias referentes ao município de Sem-Peixe é possível perceber que o mesmo aparece principalmente em listagens que apontam as localidades atingidas de alguma forma pelo Evento. Apesar dessas listagens figurarem em alguns sites de projeção nacional, a relação do município com o rompimento da barragem do Fundão se sobressai nas notícias veiculadas em sítios de âmbito regional. No entanto, cabe destacar a aprofundada análise sobre o impacto do Evento, principalmente na Bacia do Rio Doce e dos municípios em seu entorno, como Sem-Peixe, ligada à Fiocruz, instituição de renome na área da saúde no Brasil.

Desse modo, infere-se que o impacto na imagem do município de Sem-Peixe, a partir da análise das notícias e das produção acadêmica, pode ser considerado negativo, direto, baixo em relação à severidade (1), de abrangência nacional (4) e de média duração (3).

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas as variáveis analisadas conclui-se que este impacto é muito significativo.

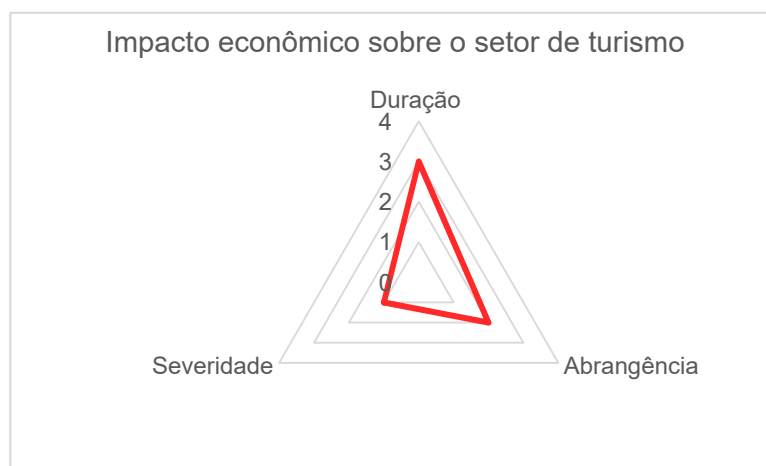
5.2.2 Impacto econômico no turismo – alimentos e bebidas

Tal como apresentado no diagnóstico, embora o município tenha tomado algumas iniciativas de estruturação da área de turismo, como por exemplo, a implantação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Plano Municipal de Turismo (PMT), ainda verificam-se fragilidades na localidade, tais como a insuficiência relativa à infraestrutura de equipamentos receptivos no município e também de equipamentos privados de turismo.

Durante as entrevistas realizadas com representantes destes equipamentos turísticos, foram identificados impactos decorrentes do Evento em dois equipamentos de alimentos e bebidas que sinalizaram a diminuição da disponibilidade de peixes em decorrência do evento do rompimento da barragem.

Considerados os aspectos acima expostos avalia-se que o impacto no setor econômico de turismo no município de Sem Peixe é negativo, indiretamente decorrente do Evento, de média abrangência sobre a comunidade (2) e longo prazo de duração (3). Avalia-se, todavia, que a sua severidade é baixa (1), porque afetou dois estabelecimentos do setor de alimentos e bebidas no que tange à disponibilidade de matéria prima (peixe).

Gráfico 3 Impacto econômico no setor de turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Com estas características, este impacto é avaliado como pouco significativo (1).

5.2.3 Pesca Amadora

A pesca amadora era praticada no município de Sem-Peixe por moradores da localidade e da região. O Evento causou alterações drásticas na biota aquática, levando à grande mortandade de peixes, além de despejar grande quantidade de resíduos ao longo do rio.

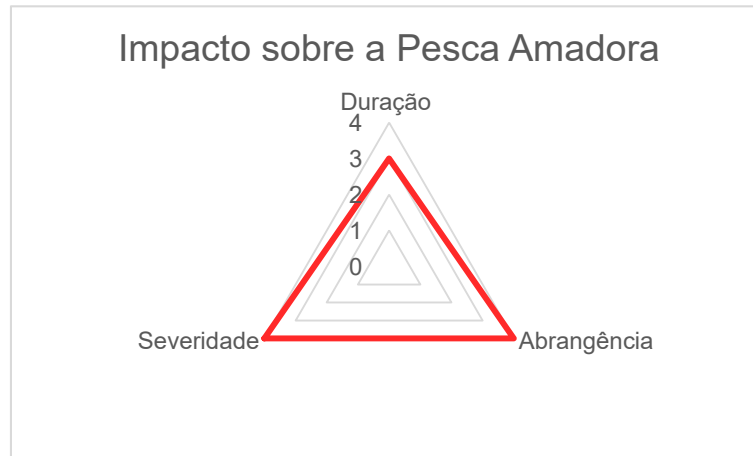
Com efeito, a pesca amadora foi gravemente afetada pelo Evento não somente em função do comprometimento da biota, mas em função da deposição de grandes quantidades de detritos na calha e margem do rio, ou seja, às margens do rio na altura do município de Sem-Peixe.

Os moradores e ribeirinhos entrevistados desta região relataram que a atividade de pesca cessou completamente após o evento e ainda não foi retomada. Foi informado que o turismo de pesca, aquele exercido por pescadores residentes em outros municípios, não é mais praticado na região.

Salienta-se que a atividade de pesca estava proibida na ocasião da pesquisa devido ao período de Defeso – Portaria IEF 155/2011 e em função do Evento Portaria IEF nº 78/2016.

Este impacto negativo tem origem direta com o Evento. Seu processo de recomposição é de longa duração (3), sua magnitude é regional (4) e sua severidade alta (4), já que o Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

Gráfico 4 Impacto sobre a pesca amadora



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.4 Impacto na Paisagem

O acesso ao município de Sem-Peixe a partir da BR 262 se dá por uma estrada não pavimentada, conhecida pela população local como “estrada de terra”. A margem esquerda dessa estrada sentido a sede de Sem-Peixe é contornada pelo rio Doce. Desse modo, a vista do rio Doce e suas margens cobertas por gramíneas, arbustos e árvores eram apreciadas pelos viajantes que percorriam essa estrada.

Por ocorrência do Evento a coloração das águas do rio foi alterada, assim como em suas margens houve carreamento de sedimentos e destruição da vegetação, prejudicando a contemplação da paisagem durante o percurso pela estrada.

Nesses termos, esse impacto é de natureza negativa, diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão, de abrangência localizada (1), e longa duração (3). Avalia-se a sua severidade como média (2), porque o Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem.

Gráfico 5 - Impacto na paisagem.



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como pouco significativo (1).

5.2.5 Impacto em comunidades - Califórnia, Barbosa e Jacutinga

No município de Sem Peixe, foram identificadas três comunidades rurais que localizam-se às margens do rio Doce e que foram impactadas pelo Evento, a saber: Califórnia, Barbosa e Jacutinga. Estas comunidades, embora se constituam como núcleos específicos serão tratados aqui conjuntamente tendo em vista que o tipo e intensidade dos impactos foram muito semelhantes em cada uma delas. Estes impactos são apresentados a seguir.

Nessas comunidades, a água do rio Doce era utilizada para o abastecimento das casas no consumo diário e também dos animais, além de ser um elo entre as comunidades ribeirinhas vizinhas, uma vez que eles tinham o costume de atravessar o rio de bote. O rio também era usado para a irrigação das plantações, além de atividades de lazer, como banho de rio, pesca e acampamentos. Assim, as três populações ribeirinhas do município de Sem-Peixe desenvolveram estreita relação sociocultural com o rio Doce ao longo de

sua história de formação. O rio é para eles lugar de lazer, banho, contemplação e pesca amadora e, portanto, exerce influência na organização espacial e temporal dessas populações.

Sob o ponto de vista da cultura, devido ao Evento, as práticas cotidianas exercidas no rio e suas imediações foram profundamente alteradas, em função da contaminação das águas - uma vez que, neste trecho, o rio permaneceu em sua calha, sem afetar diretamente equipamentos.

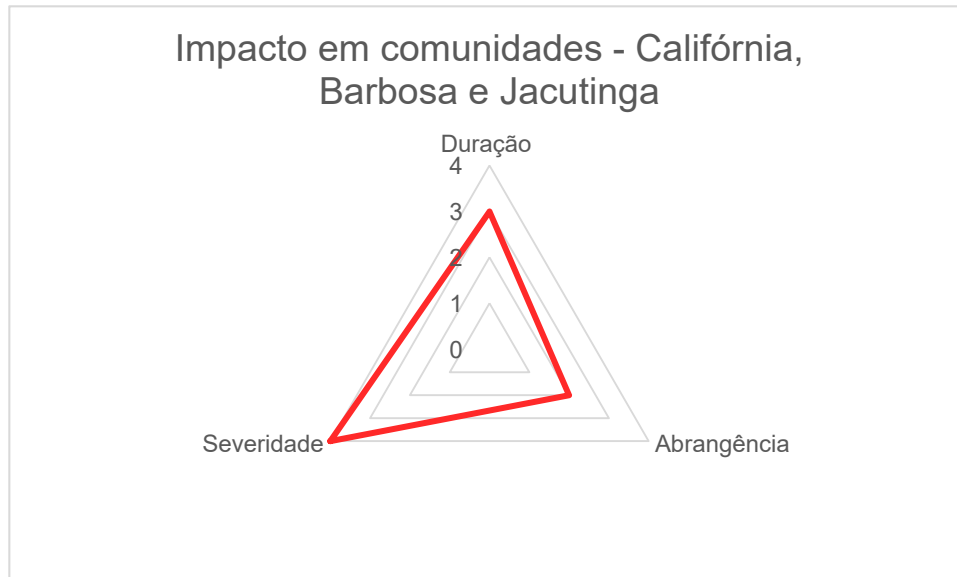
À interdição de tais práticas associam-se aos efeitos sobre a identidade coletiva e as subjetividades, uma vez que o rio possui forte significado no esquema simbólico e cultural local. Portanto, a contaminação das águas do rio Doce pelos rejeitos da barragem do Fundão provocou alterações nos costumes, modos de vida e tradições das três comunidades ribeirinhas de Sem-Peixe, que ficaram impossibilitadas de praticar, por exemplo, a pescaria, atividade tradicional e fortemente enraizada na história do município.

Sob o ponto de vista do esporte e lazer, estas comunidades se viram impedidas de realizar atividade de banho, pesca amadora e acampamentos, que eram as principais formas de lazer local, tendo em vista que o único campo de futebol identificado, localizado em Califórnia, já encontrava-se inativo antes do Evento.

Sob o ponto de vista do turismo, as três comunidades deixaram de receber os turistas que acampavam nessa região para a desenvolver atividades no próprio rio, relacionadas a turismo de aventura.

Considerando os aspectos ora descritos, avalia-se que o impacto em questão é de natureza negativa, originado diretamente do Evento, de abrangência de comunidades (2) e longa duração (3), por se tratar de um impacto direto na água do rio. Sendo assim, é possível avaliar que a severidade deste impacto é alta (4).

Gráfico 6 Impactos em comunidades



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Considerados aspectos relacionados à abrangência e a à severidade do impacto em tela, avalia-se o mesmo como crítico (4).

Tabela 21 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impactos na imagem do município	Notícias veiculadas em mídias digitais e televisivas regionais e nacionais	IN	ID	3	4	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de Fortalecimento Institucional para a Gestão das Políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	1	1	1
Impacto econômico no turismo	Alimentos e bebidas	IN	II	3	2	1	1	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de Capacitação, Promoção e Fomento Cultural	1	1	1

Pesca Amadora	Pesca as margens do Rio Doce	IN	ID	3	4	4	4	Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de Requalificação Ambiental	3	3	3
Impacto na paisagem	“Estrada de terra” que dá acesso a 262	IN	ID	3	1	2	1	Ações de Requalificação Ambiental	1	1	1
Impacto em comunidades	Califórnia, Barbosa e Jacutinga	IN	ID	4	2	4	4	Ações de Requalificação Ambiental Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 22 lista de participantes entrevista institucional em Sem-Peixe

Nome	Órgão/setor
Domingos Savio de Miranda Paiva	Prefeito
Tacianna Lys Nascimento e Silva	Chefe de Departamento Municipal de Cultura e Turismo
Antônio Julião Lopes	Departamento Municipal de Esporte e Lazer

Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Rodolpho Samorini Filho	Administração de Empresas	Gerente de Relações Institucionais	Samarco/Fundação Renova
Priscila Machado Malafaia da Mata Campos	Publicitária	Analista de Relações Institucionais	Samarco/Fundação Renova
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarim	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2016.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012. DISPONÍVEL

EM: [HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO: 20/01/2017.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SEM-PEIXE EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/icms/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL SEM-PEIXE IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 27.11.2016.

MINAS GERAIS, FISCALIZANDO COM O TCE, DISPONÍVEL EM: [HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/). ACESSO EM 20/12/2017.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005. 760-671P.

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE SEM-PEIXE SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SEM-PEIXE, SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA, ENDEREÇO: [HTTP://SEMPEIXE.MG.GOV.BR/](http://sempeixe.mg.gov.br/), ACESSO EM 10/01/2017.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23 NOV. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

TUBINO, M. J. G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.